

Ajudar o pai ou a mãe com a OAS, o CPP e a CRA: o que cada autorização permite

A Service Canada e a Agência de Receitas do Canadá (Canada Revenue Agency, CRA) têm, cada uma, o seu próprio registo de quem pode ajudar com o processo de uma pessoa. Um formulário de consentimento permite que um filho ou uma filha adulta fale com a Service Canada sobre a OAS, o GIS e o CPP do pai ou da mãe, mas não permite fazer pedidos nem alterar pagamentos. Uma autoridade mais ampla vem de um acordo de administrador (trustee) ou de um documento legal, e os dados de acesso do pai ou da mãe às contas na Internet ficam só com o pai ou a mãe.

Última verificação: 2026-10-06. Ler online:

<https://oasguide.ca/pt/library/helping-a-parent-with-service-canada>

O formulário ISP-1603 permite a quem ajuda falar com a Service Canada, mas não agir

As páginas da Service Canada sobre os pedidos da Segurança da Velhice (Old Age Security, OAS) e do Plano de Pensões do Canadá (Canada Pension Plan, CPP) indicam um formulário para quem quer que outra pessoa fale em seu nome. É o Consentimento para Comunicar Informações a uma Pessoa Autorizada (Consent to Communicate Information to an Authorized Person), formulário ISP-1603.¹² Um filho ou uma filha adulta indicada nele pode falar sobre o processo do pai ou da mãe com a Service Canada. As mesmas páginas indicam três coisas que o formulário não permite:¹²

- Fazer pedidos de prestações em nome do pai ou da mãe.
- Alterar a morada de pagamento do pai ou da mãe.
- Pedir ou alterar a retenção de imposto sobre o rendimento descontada nos pagamentos.

O Suplemento de Rendimento Garantido (Guaranteed Income Supplement, GIS) está abrangido pela Lei da Segurança da Velhice (Old Age Security Act), que define prestação como uma pensão, um suplemento ou um subsídio.³ Um pai ou uma mãe que tenha A Minha Conta Service Canada (My Service Canada Account, MSCA), a conta do governo na Internet para o CPP e a OAS, pode indicar aí uma pessoa autorizada, em vez de o fazer em papel.⁴ A página da MSCA diz que o mesmo consentimento pode ser partilhado entre os processos da OAS e do CPP.⁴ Quem ajuda e foi indicado desta forma pode fazer perguntas e transmitir as respostas. É o pai ou a mãe que continua a assinar o pedido e a fazer cada alteração.

Um administrador (trustee) gere as prestações do pai ou da mãe que já não as consegue gerir

A Service Canada usa um processo diferente quando uma pessoa já não é capaz de gerir os seus próprios assuntos. Um profissional de saúde preenche um Certificado de Incapacidade (Certificate of Incapability), formulário ISP-3505.¹² Depois, um familiar assina um acordo para administrar as prestações como administrador privado (private trustee), formulário ISP-3506. Uma agência ou instituição assina, em vez disso, o formulário ISP-3507.¹² A página do pedido da OAS diz que estes formulários são enviados à Service Canada pelo correio.¹

A base legal é o artigo 24 do Regulamento da Segurança da Velhice (Old Age Security Regulations). Permite que o Ministro determine que uma prestação seja paga em nome de uma pessoa que, por enfermidade, doença ou outra causa, não consegue gerir os seus próprios assuntos.⁵ A pessoa ou agência nomeada recebe instruções do Ministro sobre a forma como o dinheiro é administrado e gasto. Tem também de prestar contas dos pagamentos recebidos e do dinheiro gasto, na forma e nas datas que o Ministro exigir.⁵ Por isso, um administrador tem o dever de manter registos, e não apenas o direito de agir.

As páginas da Service Canada referem a procuração, mas não indicam nenhum procedimento para ela

As páginas dos pedidos da OAS e do CPP indicam uma procuração (power of attorney), ao lado de um administrador, como um terceiro que pode estar a gerir a conta de uma pessoa.¹² Quando um terceiro gere a conta, o pedido não pode ser feito pela Internet e tem de ser feito em papel.¹² Essas páginas não dizem o que a Service Canada pede a um procurador. Também não dizem se uma procuração provincial é aceite em vez dos formulários de administrador. Uma família que tenha uma procuração pode perguntar diretamente à Service Canada como ela vai ser tratada no processo do pai ou da mãe.

A CRA tem a sua própria lista de representantes

As declarações de impostos e os pagamentos de prestações e créditos são tratados pela Agência de Receitas do Canadá (CRA), que tem o seu próprio processo. A CRA indica três formas de um particular nomear um representante autorizado:⁶

- Acrescentar o representante em A Minha Conta da CRA (CRA My Account) do próprio pai ou da própria mãe.
- Um pedido enviado pelo representante através do Represent a Client, o serviço da CRA na Internet para representantes, que exige um identificador de representante (RepID).
- O formulário AUT-01, Authorize a Representative for Offline Access (Autorizar um representante para acesso fora da Internet), que só dá acesso fora da Internet e tem de ser enviado no prazo de seis meses a contar da data em que é assinado.

O pai ou a mãe também escolhe um nível. Na tabela da CRA para particulares, o nível 1 permite apenas consultar, e o nível 2 permite certas alterações.⁷ Um representante de nível 2 pode alterar uma declaração, apresentar uma contestação formal e enviar documentos.⁷ Nenhum dos níveis pode alterar a morada ou o depósito direto do pai ou da mãe, e os dois níveis só podem consultar as prestações e os

créditos.⁷ Essas ações estão abertas a um representante legal, que pode atualizar a morada e o depósito direto e pedir prestações e créditos.⁷

A CRA trata como representante legal uma pessoa nomeada numa procuração, ou um tutor ou administrador nomeado por um tribunal.⁸ Um representante legal inscreve-se primeiro no Represent a Client. Depois envia uma cópia do documento legal com o seu RepID e o Número de Seguro Social do pai ou da mãe.⁸ A CRA diz que o limite da sua autoridade é o que está escrito no documento legal.⁸

Os dados de acesso do pai ou da mãe às contas na Internet ficam com o pai ou a mãe

As condições de utilização da CRA dizem que os dados de acesso têm de ser mantidos confidenciais e não podem ser partilhados com outras pessoas nem revelados a elas.⁹ As mesmas condições dizem que A Minha Conta (My Account) se destina apenas a particulares e que um representante tem de usar o Represent a Client.⁹ O GCKey, um serviço de acesso do Governo do Canadá, diz aos utilizadores que não partilhem o nome de utilizador nem a palavra-passe com ninguém.¹⁰

A própria MSCA manda algumas pessoas que ajudam para fora da Internet. A sua página sobre a OAS diz que um administrador registado, um tutor ou outro representante legal não pode usar os serviços de documentos fiscais (tax slips) da MSCA. Essas pessoas tratam dos assuntos da pessoa pelo correio, por telefone ou presencialmente.⁴ Cada via oficial deixa um registo de quem foi autorizado a fazer o quê. Uma palavra-passe partilhada não deixa esse registo e fica fora das condições da CRA.

As duas agências aceitam a assinatura do próprio pai ou da própria mãe enquanto ainda a pode dar

Os dois sistemas partem de documentos diferentes. A via do administrador na Service Canada começa com um certificado médico sobre a capacidade do pai ou da mãe.¹ As vias da CRA começam com a

autorização do próprio pai ou da própria mãe, ou com um documento legal, como uma procuração.⁶⁸ Um pai ou uma mãe que ainda consegue assinar formulários pode, desde já, nomear uma pessoa para ajudar junto das duas agências. Nessa fase, a escolha de quem ajuda e do nível continua a ser do pai ou da mãe.

Notas

1. Government of Canada, “Old Age Security - Apply, delay, or change your start date”, page modified 2026-09-09. <https://www.canada.ca/en/services/benefits/publicpensions/old-age-security/apply.html> (consultado em 2026-10-06)
2. Government of Canada, “Canada Pension Plan retirement pension - Apply”, page modified 2026-10-01. <https://www.canada.ca/en/services/benefits/publicpensions/cpp/apply.html> (consultado em 2026-10-06)
3. O artigo 2 define prestação como uma pensão, um suplemento ou um subsídio. A Parte II da Lei tem o título Suplemento de Rendimento Garantido Mensal (Monthly Guaranteed Income Supplement). Justice Laws Website (Government of Canada), “Old Age Security Act (R.S.C., 1985, c. O-9)”, current to 2026-09-21. <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/O-9/FullText.html> (consultado em 2026-10-06)
4. Government of Canada, “Old Age Security in MSCA”, page modified 2026-08-03. <https://www.canada.ca/en/employment-social-development/services/my-account/oas.html> (consultado em 2026-10-06)
5. Artigo 24, Pagamento a uma pessoa que não é o beneficiário (Payment to Person other than Beneficiary), n.ºs (1) a (3). Justice Laws Website (Government of Canada), “Old Age Security Regulations (C.R.C., c. 1246)”, current to 2026-09-21. https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/regulations/C.R.C.,_c._1246/FullText.html (consultado em 2026-10-06)
6. Canada Revenue Agency, “Authorize a representative: How to give authorization”, page modified 2026-06-30. <https://www.canada.ca/en/revenue-agency/services/tax/representative-authorization/how.html> (consultado em 2026-10-06)
7. Canada Revenue Agency, “Services for representatives of individuals”, page modified 2026-09-17. <https://www.canada.ca/en/revenue-agency/services/e-services/represent-a-client/list-services-representatives-individuals.html> (consultado em 2026-10-06)
8. Canada Revenue Agency, “Legal representative”, page modified 2026-06-30. <https://www.canada.ca/en/revenue-agency/services/tax/representative-authorization/legal-representative.html> (consultado em 2026-10-06)
9. Canada Revenue Agency, “Terms and conditions of use for a CRA account”, page modified 2026-02-09. <https://www.canada.ca/en/revenue-agency/services/e-services/cra-login-services/terms-conditions-use.html> (consultado em 2026-10-06)

10. Government of Canada, "GCKey help", page modified 2026-09-10.
<https://www.canada.ca/en/government/sign-in-online-account/gckey.html> (consultado em 2026-10-06)

O OAS Guides é um serviço de informação independente. Não fazemos parte do Governo do Canadá nem da Service Canada, nem temos qualquer ligação a estas entidades. Este artigo é informação geral, não aconselhamento jurídico nem financeiro. Não podemos garantir qualquer resultado de um pedido ou de um recurso. Os valores das prestações mudam, normalmente, de três em três meses; este artigo indica a data em que o verificámos pela última vez.